



Racismo de estado, educação eugênica, mestiçagem e indícios da produção da branquitude no Brasil

State racism, eugenics education, miscegenation and evidences of the production of whiteness in Brazil

Manuel Alves de Sousa Junior¹

IFBA / UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

RESUMO

O racismo de Estado é um conceito foucaultiano que demonstra o racismo como uma estratégia política e um instrumento de dominação. A eugenia atuou no Brasil na primeira metade do século XX, sobretudo, com a educação eugênica e pode ser definida como uma ciência ou método de seleção humana baseado, principalmente, em premissas biológicas e não relacionado com incompreensão religiosa ou com embates de um sistema de dominação político-econômica. O objetivo dessa pesquisa foi analisar, na perspectiva do racismo de Estado, se existem indícios de como as teorias raciais modernas e a eugenia desdobrada dessas teorias, sobretudo, a partir da educação eugênica, contribuíram para a constituição da branquitude no Brasil, em um contexto marcado pela construção das narrativas identitárias nacionais. Foi realizado um levantamento de fontes históricas e bibliografia sobre o tema. Racismo de Estado, educação eugênica, mestiçagem, mito da democracia racial e branquitude, são alguns temas que precisaram ser tensionados para esta pesquisa. A educação eugênica, aliada ao racismo de Estado, pode ser entendida como presente nas fontes históricas ao longo deste texto.

Palavras-chave: Racismo de Estado. Eugenia. Branquitude. Mestiçagem.

ABSTRACT

State racism is a foucaultian concept that demonstrates racism as a political strategy and an instrument of domination. Eugenics operated in Brazil in the first half of the 20th century, primarily through eugenic education and can be defined as a science or method of human selection based mainly on biological premises and not related to religious misunderstandings or conflicts of a political-economic domination system. The objective of this research was to analyze from the perspective of state racism whether there is evidence of how modern racial theories and the resultant eugenics, especially through eugenic education, contributed to the

¹ E-mail: manueljunior@ifba.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8059-9962>.

formation of whiteness in Brazil within a contexto marked by the construction of national identity narratives. A survey of historical sources and literature on the topic was conducted. State racismo, eugenic education, miscegenation, the myth of racial democracy and whiteness are some of the themes that needed to be explored in this research. Eugenic education in conjunction with state racism, can be understood as present in the historical sources throughout this text.

Keywords: State racism. Eugenics. Whiteness. Miscegenation.

INTRODUÇÃO

O racismo de Estado surgiu na sociedade como fruto de uma guerra das raças, na qual o tecido social é atravessado de um extremo ao outro por ideais de dualidade entre uma raça superior e outras raças inferiores, culminando em uma apropriação do biológico pelo poder do Estado. Através do biopoder, o poder soberano do direito de morte atua para ativação do racismo que se enraíza pelo corpo social, estando completamente inserido pela temática racial no início do século XX.

Muito popular no meio científico e na elite social na primeira metade do século XX, a eugenia pretendia o melhoramento humano através da pureza racial, em que os preconceitos sociais e raciais imperavam e moldavam o domínio biológico em prol do progresso nacional, atuando desde em defensores de medidas reformistas sanitárias e educacionais até propostas radicais de aprimoramento do perfil racial pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados inaptos.

A eugenia se equipara a outras áreas como a inquisição e a escravidão, como temas que, historicamente, geram desconforto ao serem abordados. Posso extrapolar esse desconforto também para o racismo e as temáticas raciais de um modo geral na contemporaneidade. Soma-se a isso o fato de a eugenia ser um tema pouco tratado na academia e nas ciências humanas, sendo uma área que a população em geral, desconhece ou tem uma noção muito vaga. Desse modo, tais assuntos precisam ser cada vez mais estudados e publicados, pois ajudam a entender como a sociedade se formou, como foi educada e as práticas que a conduziram até a atualidade (Diwan, 2007; Bonfim, 2013).

Considerando as teorias raciais modernas difundidas no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX e o movimento eugenista desdobrado dessas teorias, no início do século XX, esta pesquisa tem como objetivo analisar na perspectiva do

racismo de Estado, teorizado por Michel Foucault, se existem indícios de como esses movimentos, sobretudo, a partir da educação eugênica, contribuíram para a constituição da branquitude no Brasil, em um contexto marcado pela construção das narrativas identitárias nacionais.

Nesse sentido, este trabalho consta com 5 seções: primeiro será discutido o racismo de Estado, lente teórica que atravessa essa pesquisa; na sequência, serão abordadas problematizações sobre teorias raciais, eugenia e educação; em terceiro, será abordado sobre o branqueamento da população e sua relação com a mestiçagem; em seguida, será discutido sobre o mito da democracia racial e, por último; a discussão vai ser centrada na relação entre a raça, mestiçagem e a produção da branquitude no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa em educação será centrada no campo da educabilidade/subjetivação, a partir da educação eugênica, envolvendo conceitos chave como mestiçagem, raça, branqueamento da população, mito da democracia racial e branquitude. O conceito de racismo de Estado de Michel Foucault, analisado no campo da biopolítica, foi utilizado como lente teórica desta pesquisa. Essa publicação é um recorte, com resultados parciais da pesquisa de doutorado do autor, após banca de qualificação.

A pesquisa foi realizada a partir de estudos sobre eugenia, biopolítica e necropolítica, desenvolvidos ao longo da elaboração do projeto de doutoramento do autor, em atividade no grupo de pesquisa *Identidade e Diferença na Educação da Universidade de Santa Cruz* (UNISC). O trabalho foi motivado e buscou responder o problema: Existem indícios de como as teorias raciais modernas do século XIX e o movimento eugenista, desdobrado dessas teorias, no início do século XX, contribuíram para os processos de educabilidade/subjetivação da população para promover a constituição da branquitude no Brasil sob as lentes do racismo de Estado foucaultiano?

Pensando teoricamente com as lentes de Michel Foucault, são três os dispositivos que podem ser pensados na genealogia foucaultiana (Moraes, 2018) com relação à esta pesquisa: o disciplinar, que utiliza o corpo como foco de estratégias de

saber-poder. que pode ser lido no movimento eugenista, já que os corpos dos aptos e inaptos era o centro do que era ou não desejado para o progresso nacional; o dispositivo de segurança, que desenvolve uma biopolítica das populações, considerando o ser humano como espécie. Esse dispositivo pode ser percebido na eugenia, no que tange a tentativa de cientistas de purificarem a espécie humana; já o dispositivo de sexualidade emerge do questionamento e da intervenção em relação ao sujeito, considerando distintos modos de subjetivação. Esse dispositivo, fica evidente com a intenção da elite intelectual eugenista em promover estratégias de controle da sexualidade, da reprodução, dos casamentos, dos exames pré-nupciais, bem como em mutilações e esterilizações em casos extremos.

A metodologia se enquadra na esfera qualitativa, já que não existiu análise de dados estatísticos/números e, também exploratória, visto que teve a intenção de explorar o tema, de modo a torná-lo mais explícito. A pesquisa também se enquadra como descritiva, pois possui características de determinada população, e explicativa, já que tenta identificar fatores que interferem na ocorrência de fenômenos populacionais (Boaventura, 2004). Para atingir este objetivo metodológico, foi realizado um levantamento bibliográfico, com autores renomados na área em artigos, livros, entrevistas, teses, dissertações e correlatos. Foram utilizados na pesquisa, fontes históricas, como livros, revistas, periódicos e jornais. A documentação foi utilizada como corpus analítico da materialidade da pesquisa.

RACISMO DE ESTADO

Para Pelbart (2011), o termo biopolítica surgiu inicialmente na obra foucaultiana em uma conferência realizada no Rio de Janeiro/RJ, em 1974, intitulada *O nascimento da medicina social*, quando o filósofo francês falava sobre o capitalismo, onde descreveu:

O capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (Foucault, 2021, p. 144).

Em 1976, a expressão voltou a ser utilizada em dois momentos de sua obra: no último capítulo, intitulado *Direito de morte e poder sobre a vida* da obra *História da Sexualidade volume I - A vontade de saber* (Foucault, 2020) e também, na aula ministrada em 17 de março de 1976, no *Collège de France*, no curso publicado em português, posteriormente, como *Em defesa da sociedade* (Foucault, 2010). Esse curso aconteceu entre as publicações dos livros *Vigiar e Punir*, em 1975, e do primeiro volume de *História da Sexualidade*, em 1976.

Nesse momento, Foucault se dedicava às reflexões sobre as diferentes dimensões do poder e a subjetivação moderna. Pelbart (2011) afirma que estes textos podem ser tratados conjuntamente, já que eles se entrecruzam. Neles, a biopolítica pode ser tratada dentro de uma estratégia mais ampla, chamada biopoder. O comentador de Foucault continua afirmando que “ao diferenciar biopoder do poder de soberania ao qual ele sucede historicamente, insiste sobretudo na relação distinta que entretém, cada um deles, com a vida e a morte: enquanto o poder soberano *faz morrer e deixa viver*, o biopoder *faz viver e deixa morrer*” (Pelbart, 2011, p. 55, grifo do autor), ou seja, deixar morrer alguns para o bem viver de outros. Nesse contexto, o racismo de Estado também opera com o biopoder, a humanidade deixou de ser governada enquanto sujeitos políticos para ser governada enquanto seres humanos que compõem uma população em prol da vida, em prol do fazer viver. O surgimento do conceito de população foi de grande importância para a posterior construção dessa biopolítica.

A relação do racismo com o biopoder trouxe à tona preconceitos para o tecido social, de modo que alguns corpos não fossem dignos de viver em determinadas sociedades. Era o prenúncio do racismo de Estado. O surgimento do racismo de Estado nos escritos foucaultianos, é abordado como uma forma de inserir uma espécie de corte no domínio do corpo populacional atravessado pelo biopoder, o corte entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. Na obra foucaultiana, o racismo de Estado atua como uma prática política e um instrumento de dominação, que Foucault, por vezes, chama de Guerra das Raças!

Foucault reflete que a morte do inferior, do anormal, da raça ruim beneficia a vida de outros, tornando melhor a vida do grupo dominante. O racismo de Estado surge no final do século XIX, a partir do genocídio colonial e opera como uma tecnologia do biopoder para justificar o porquê da morte, ou seja, deixar morrer al-

guns para o bem viver de outros. Foucault (2010) reforça que o racismo não foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo, mas funcionava de outro modo, justamente, “o que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado foi mesmo a emergência desse biopoder” (Foucault, 2010, p. 214). O Estado então, passa a ser considerado como o responsável por oferecer mecanismos para a pureza da raça. Na ótica do Racismo de Estado foucaultiano, o extermínio e os massacres são justificados seguindo a lógica do biopoder, sobretudo pelo caráter necropolítico, que vem se desenvolvendo nas últimas décadas na sociedade.

A raça pura e dominante passa a ser ameaçada quando outros grupos se infiltram na sociedade, trazendo costumes e línguas diferentes, juntamente com a sua biologia que, por sua vez, contaminam e ameaçam a integridade e pureza dessa raça considerada superior. A busca por uma raça pura, através de estratégias políticas e propaganda pela eugenia, pode ser interpretado no pensamento de Foucault (2010), que na guerra das raças, a regeneração da raça pura ocorre na medida em que muitos da raça inferior morrem, purificando a raça superior vivente.

O principal exemplo, inclusive citado por Foucault, é o holocausto promovido pelo nazismo. A eugenia foi outra importante estratégia expressada em sua face mais letal e invasiva nesse nazismo alemão. A união de procedimentos biopolíticos aliados à soberania e à disciplina, fizeram do nazismo uma máquina de matar os considerados inferiores e inaptos de diversas maneiras, inclusive, com experimentos.

Nesta seção também trago Mbembe (2016) para o debate com o movimento que ele fez, em deslocar a análise do eixo de poder para o sistema escravista, trazendo o conceito de necropolítica. Para o filósofo camaronês, o sistema colonial trouxe consigo uma escala de violência jamais vista na humanidade, e a escravidão foi a primeira experiência biopolítica no ocidente. O necropoder surge como o poder da necropolítica e o termo ganhou novas variações nos comentadores, como bi-necropolítica, citada por Fátima Lima (2018) ou necrobiopolítica, citada por Berenice Bento (2018).

Desse modo, a raça, ao entrar na Racionalidade do Estado, pode ser considerada como um dos principais elementos que ajudou na construção da biopolítica no século XIX. A raça, a eugenia e o racismo de Estado vão puxando a educação como um fio condutor, utilizando outros conceitos e elementos importantes e entrelaça-

dos, que serão problematizados ao longo da pesquisa, como a educação eugênica, o mito da democracia racial, o branqueamento da população, a mestiçagem e a constituição da branquitude.

TEORIAS RACIAIS, EUGENIA E EDUCAÇÃO

As teorias raciais chegaram no Brasil trazidas por expedições, viajantes, pela elite nacional e por seus filhos que voltavam de estudos no exterior, sobretudo na Europa. Com essas teorias, tais ideais foram chegando a partir do final do século XIX e sendo implementadas através da subjetivação da população, ao longo das primeiras décadas do século XX, como a eugenia, a higiene e o branqueamento da população. O principal expoente da eugenia no país foi Renato Kehl, seguido de outros intelectuais, como Belisário Penna, Roquette-Pinto, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, dentre muitos outros. Eles faziam parte da chamada *Intelligentsia* (intelectuais, estadistas e cientistas) e, desse modo, produziram/contribuíram em diversos livros, anais, palestras, periódicos, revistas, concursos, congressos, conferências, eventos e documentos. Essa elite letrada era composta por médicos, advogados, escritores, professores, políticos etc. Alguns, inclusive, são imortais da *Academia Brasileira de Letras*.

O darwinismo social e a antropologia social também chegaram ao Brasil, adaptaram-se ao modo brasileiro e interagiram com as demais ciências e políticas raciais. O médico e professor Nina Rodrigues foi um dos principais defensores no país e influenciou os médicos que se formavam em faculdades de medicina no Brasil (Corrêa, 2013). A higiene e o sanitarismo foram outras doutrinas que andaram de mãos dadas com a eugenia no país.

No bojo dessas teorias raciais, ciências e seus desdobramentos estava a mestiçagem, que era defendida por alguns, como Arthur Ramos, Oliveira Vianna e Silvio Romero, que diziam ser benéfica para a população ou condenada por outros, como por exemplo, na visão de Nina Rodrigues, em que a mestiçagem indicava uma degeneração. Tudo isso em prol do desenvolvimento da nação. Era preciso ‘europeizar’ o Brasil.

Em uma reportagem do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1932, Renato Kehl foi entrevistado em uma reportagem intitulada *Pelas gerações futuras*. Ele trazia a importância da educação sexual. A educação eugênica buscava controlar a sexualidade e a reprodução dos impuros, ao mesmo tempo que estimulava a reprodução das pessoas de raça pura. Nessa reportagem, Kehl (1932, p. 3) disse que “toda política racional de natalidade deve ter por fim amparar, financeiramente, as famílias prolíficas de ‘bem dotados’ e favorecer o casamento oportuno dos indivíduos aptos para as boas procriações”.

Não existiu uma fórmula única eugênica no Brasil. Essa ciência se desenvolveu no país como um caldeirão multifacetado, com grupos distintos que defendiam suas posições em debates acalorados. Todos concordavam com a necessidade final, em ter um país eugenizado, mas o “como fazer”, o “como alcançar esse objetivo” é que era a questão de debate. Então, a mestiçagem, o branqueamento e medidas eugenistas mais invasivas sempre estiveram nas discussões com seus defensores.

A eugenia era constantemente atravessada pela mestiçagem e o ideal de uma sociedade branca. Em seu livro, lançado em 1933, *Aparas eugênicas: sexo e civilização*, Renato Kehl (1933, p. 200) escreveu: “os mestiços brasileiros de branco e preto (mulatos), são na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequência, os vícios de seus ancestrais. De grande instabilidade de caráter constituem, pois, elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social”.

Já no Livro *Lições de Eugenia*, Renato Kehl (1929, p. 188) disse que “ninguém poderá negar, que no correr dos annos, desaparecerão os negros e os indios das nossas plagas e do mesmo modo os productos provenientes dessa mestiçagem. A nacionalidade [brasileira] embranquecerá á custa de muito sabão de côco aryano”.

Na reportagem intitulada *A eugenia ou eugenica - a luta contra as degenerações*, em *O jornal*, em 1920, Renato Kehl falou da eugenia como uma luta contra as degenerações que assolavam o país. A educação era essencial para a recuperação do povo. Destaco o seguinte trecho: “precisamos, pois, sanear o Brasil e ao mesmo tempo eugenizar-o, educando o povo nos sãos principios da hygiene physica e moral. Esta eugenização não é de resultados immediatos”.

No 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, ao falar sobre a educação e eugenia, o advogado e escritor brasileiro Levi Carneiro (1929, p. 107) disse:

A primeira recommendação eugênica foi a escolha de paes fortes e são. A política demographica só admitte immigrants hygidos e vigorosos. A paternidade tem de ser, a bem do interesse social, por força da lei civil, já que o não é physiologicamente, um premio da saúde e do vigor physicos e mentaes. Devem-se eliminar ou, logicamente, ao menos, esterilizar os degenerados. A obra da Educação é uma construcção na areia, que se tem de recommençar sempre. Essas theorias scientificas soffreram, todavia, a contestação de doutrinas, que os biologistas taxaram de meramente philosophicas. Não será a hereditariedade o factor principal; ella contribuirá apenas com uma potencialidade psychica, a que a educação e o meio dão forma definitiva. Pela educação se transformam promptamente os sentimentos humanos.

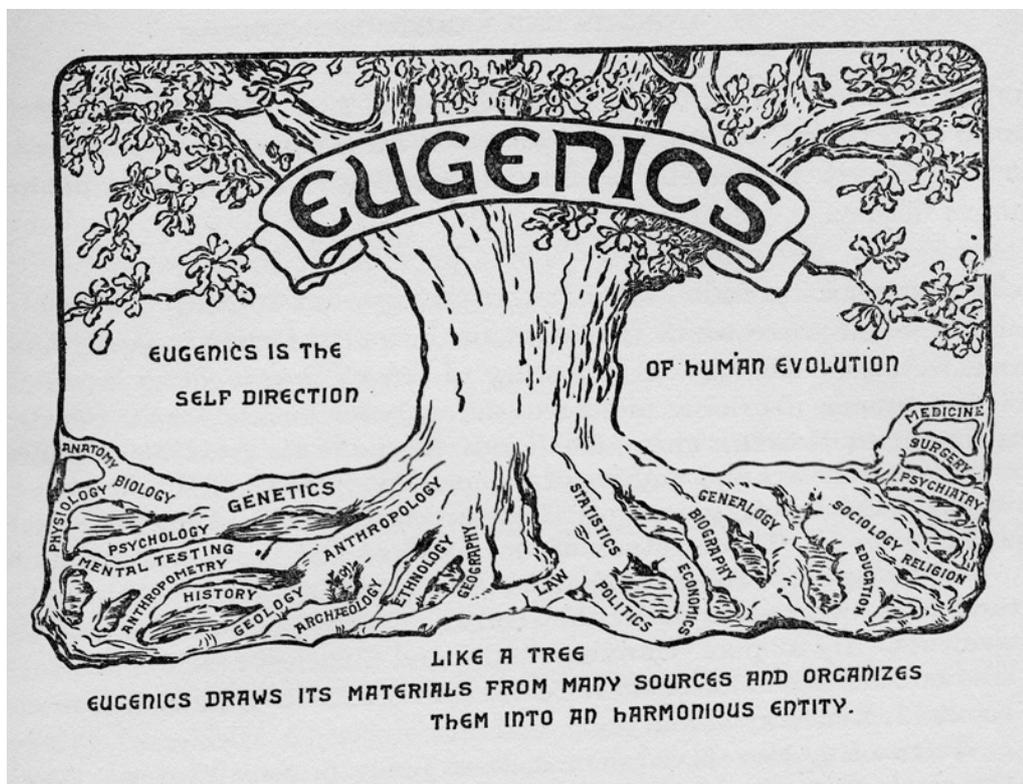
Nota-se nessas passagens o branqueamento da população e a mestiçagem em foco, com a eugenia e o racismo de Estado, visto que os trechos subjetivam a população para uma morte social dos indesejáveis, considerados impuros ou degenerados. Para Levi Carneiro, Renato Kehl e outros tantos eugenistas que figuraram no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a morte ou a ausência de reprodução dos não brancos atuava como uma lógica do Racismo de Estado de Foucault (2010), onde a morte (ou desaparecimento) de uns era em prol de uma melhor vida de outros, ou seja, era preciso eliminar da sociedade os degenerados, para o bem viver da raça pura. A morte da raça ruim, da raça impura, dos degenerados, era em nome da vida da raça pura, para uma melhor vida do corpo social e, assim, diversos artifícios foram utilizados para alcançar tais objetivos, como políticas públicas e até mesmo massacres e extermínios.

Em 1928, Renato Kehl passou alguns meses na Alemanha, se alimentou com os ideais nazistas direto na fonte e retornou ao Brasil disposto a defender medidas mais radicais, chamadas de eugenia positiva, que incluía medidas mais invasivas, como esterilização e mutilações para o combate à reprodução dos degenerados. Até então, Kehl era mais adepto da eugenia negativa, que utilizava sobretudo a educação como instrumento eugenizador. A figura 1 mostra uma reportagem de 1935, na primeira página do jornal *O Globo*, em que Kehl defende a implantação da esterilização às vésperas da *1a Conferência Inter-Americana de Hygiene Mental*.

mental e pela precedência de sua árvore genealógica, inclusive, sobre casos de deficiência e alcoolismo, consideradas degenerações. Os concursos começaram em 1928 e ocorreram com certa regularidade até meados dos anos 1940, com participação de políticos, sociedade e cobertura da imprensa. Em 1954, voltou a acontecer com outro nome, quando já não era mais bem visto falar de eugenia abertamente. Os concursos funcionavam como uma ideia de popularização da eugenia, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Esses concursos, subjetivamente, educavam a população sobre o tipo de família desejada para o futuro nacional.

A figura 3 é uma das imagens mais representativas da eugenia. Foi lançada no *II Congresso Internacional de Eugenia*, em Nova York, em 1921. Essa imagem estampou documentos e certificados desse evento e se difundiu pelo movimento eugenista. Trazia a inscrição em inglês “Eugenia é a autodireção da evolução humana. Como uma árvore, retira seus materiais de muitas fontes e os organiza em um ambiente harmonioso.”. Podemos perceber nas raízes as inscrições das áreas que dialogam com a eugenia como a genética, direito, genealogia, sociologia, medicina e muitas outras.

Figura 3: Uma das imagens mais representativas da eugenia, lançada em 1921.



Fonte: University of Missouri, 2011.

O branqueamento da população, através da mestiçagem, foi um grande aliado da eugenia para conquistar o objetivo de uma sociedade eugenizada no futuro. A educação eugênica era fundamental para estabelecer medidas de subjetivação da população sobre os casamentos, exames pré-nupciais, reprodução e demais valores ligados à sexualidade, de modo a garantir o estímulo das taxas reprodutivas dos pertencentes à raça pura e desestimular a reprodução dos inferiores, considerados degenerados.

BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A MESTIÇAGEM

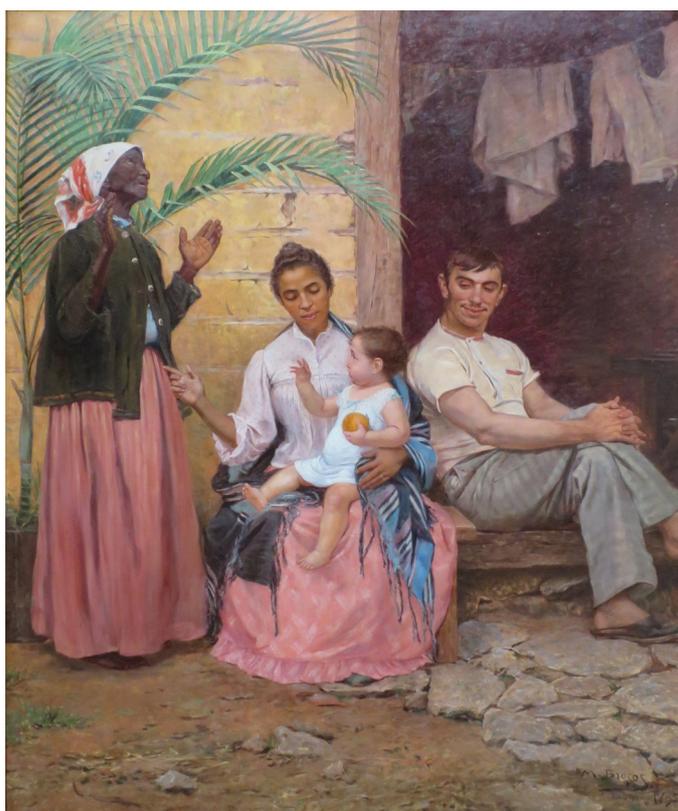
O branqueamento da população foi uma estratégia política pensada para ser efetivada ao longo de gerações. Aliado à eugenia, se apropriou da mestiçagem para conquistar seu objetivo. Os censos demográficos de 1872, 1890 e 1940 indicam que o impacto da migração europeia, realmente, causou um branqueamento na população, pelo menos na autodeclaração para os censos. A população branca passou de 38,1% em 1872, para 63,5% em 1940, em detrimento, a população negra regrediu de 61,9% para 35,9% no mesmo período (Santos, 2006).

A política de branqueamento, aliada à eugenia, selecionava os migrantes que seriam bem-vindos ao país e vetava a entrada de outros. Desse modo, italianos e alemães eram desejados, por exemplo. Quanto mais branco, melhor para o desejado projeto nacional. Para Munanga (2020), os defensores do branqueamento da população brasileira viam na mestiçagem, o primeiro degrau para o sucesso do projeto. Embora considerado como uma ponte étnica entre o preto e o branco, o que seria a salvação da raça branca, porém, o mestiço não gozava de um *status* diferente do preto (Daflon, 2017). Podemos ler o racismo de Estado nessa estratégia como um desaparecimento dos indesejáveis, através de uma morte social, uma morte civil, política e, por que não, censitária. Era necessário incluir os mestiços como desejáveis para serem depois excluídos ao longo das gerações (Daflon, 2017).

João Batista de Lacerda, médico e antropólogo, foi um dos representantes do Brasil no *Congresso Mundial das Raças* em Londres 1911 e publicou no evento um artigo em inglês, traduzido para o português como *O impuro ou mestiço do Brasil*. O Congresso teve a presença de personalidades de mais de 50 países da Europa, América, África e Ásia. O foco principal do congresso foi a pacificação entre diver-

sas nações em um contexto histórico marcado pela expansão imperialista, sobretudo na África e na Ásia. Tensões essas que 3 anos depois culminaram na Grande Guerra, como era chamada o que conhecemos hoje como Primeira Guerra Mundial. Para Lacerda (2011), os mestiços não deveriam ser desprezados, visto que eram detentores de um potencial de intelectualidade e qualidades morais que se afastavam do negro e os aproximavam dos brancos. Quase no final do documento, ele afirmou que o mestiço brasileiro, entrelaçado com o imigrante branco europeu, iria branquear a população brasileira, quando diz em destaque: “em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no decorrer de um século os impuros [mestiços] tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio” (Lacerda, 1911, p. 382). Este fato traria para a nação um grande progresso e desenvolvimento, com destaque mundial, essa era a mensagem que o Brasil desejava deixar para a sociedade ocidental.

Figura 4: Quadro *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos, pintado sob encomenda em 1895.



Fonte: Brocos, 1895.

Ilustrando o artigo de Lacerda (1911), estava publicada a imagem do quadro *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1895), pintado no final do século XIX (figura 4). Nele, podemos ver o que seria o branqueamento da população em prática.

Uma Senhora retinta à esquerda, possivelmente, ex-escravizada, agradecendo a Deus, com as mãos para o céu pela graça do branqueamento na sua família. Sua filha, nitidamente mestiça, casou-se com um homem branco, que está à direita e deu à luz ao seu neto branco. A família estava branqueada com sucesso! Vários outros sinais estão presentes no quadro, como o calçamento, representando civilização, na direção do branqueamento, as folhas da palmeira, indicando vida e esperança na direção do branqueamento e a fruta na mão da criança, indicando dias melhores, fartura e prosperidade para a sociedade embranquecida (Sousa Junior, 2022).

Outro elemento em debate no Brasil dos anos 1930, foi o mito da democracia racial. Nessa época, a eugenia no país estava em plena atividade e a historiografia era reorientada com o discurso também utilizado na política do governo Vargas, de que todos são iguais perante a sociedade e que no Brasil, não existia o racismo. A próxima seção é dedicada a este mito.

MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A romântica representação da instituição escravista, traçada pelos escritos de estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX, foi uma das causas que engendraram o mito da democracia racial. Eles descreviam, geralmente, um senhor de escravos amigo e benevolente, uma escravidão doce, branda e amável. A relação entre o senhor e o escravo, dessa maneira, seria assentada em laços de generosidade, doçura e intimidade, características que democratizavam racialmente o sistema. Em maior ou menor grau, essa foi a visão de muitos, como o francês Debret e o alemão Rugendas, por exemplo, que estiveram no Brasil no início do século XIX (Domingues, 2005).

O discurso do movimento abolicionista institucionalizado, era permeado, também, pela ideologia da democracia racial. No seu livro *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco (1883, p. 22), descreve

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando collectivamente, nem creou entre as duas raças o odio reciproco que existe naturalmente entre oppressores e opprimidos. Por esse motivo o contaoto entre ellas foi sempre isento de asperezas fóra da escravidão, e o homem de côr achou todas as avenidas abertas deante de si.

Joaquim Nabuco foi um importante integrante do movimento abolicionista, em outro trecho do livro, ele também reforça a democracia racial, ao comparar com os Estados Unidos:

A escravidão entre nós manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistinctamente : brancos ou pretos, ingenuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres ; e d'essa forma adquiriu ao mesmo tempo uma força de absorção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio de raça, como nos Estados do Sul (Nabuco, 1883, p. 175).

Muito embora o racismo à brasileira tenha sido aumentado como uma prática social no pós-abolição, foi nesse momento que as bases teóricas do Mito da Democracia Racial, se consolidaram no imaginário social. A democracia racial já vinha sendo gestada desde o Brasil colônia, inclusive, pelo movimento abolicionista e foi fortalecida ao longo dos anos, ganhando repercussão política e social. (Domingues, 2005).

Diversos exemplos estão presentes nas fontes históricas, como no jornal *Gazeta de Notícias*, do dia 14 de maio de 1888, portanto, dia seguinte da Lei Áurea, lei que instituiu a abolição dos escravizados no Brasil que, além da íntegra da lei, trouxe o trecho: “não há mais escravos, todos são livres, todos são iguais, todos tem aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem”.

A democracia racial serviu para a manutenção de certos privilégios da branquitude, ao subtrair a percepção racial implicada nas desigualdades sociais, além de assegurar o seu lugar de neutralidade racial. Ao ser incorporada ao discurso oficial de Estado, desde os anos 1930, inoculou nas narrativas identitárias nacionais, a impossibilidade da aceitação do racismo, já que encobre os conflitos raciais, ao passo em que possibilita a todos se reconhecerem como brasileiros iguais. A falta de reconhecimento do racismo pelo Estado e pelos indivíduos ajudou na construção do mito da democracia racial que, por sua vez, contribui também para a invisibilidade do racismo institucional e do racismo de Estado (Silva, 2020).

Durante os anos do governo Vargas, a democracia racial foi difundida culturalmente e enraizada na sociedade. Os anos 1930 foram decisivos para a reorientação da historiografia brasileira na questão racial, a partir de um processo de desenvolvimento social (Munanga, 2020). A passagem do conceito de raça para a

cultura promoveu um maior distanciamento entre o biológico e o social. Gilberto Freyre (2006), com sua obra *Casa grande e Senzala*, lançado originalmente em 1933, transformou a negatividade do mestiço degenerado em uma positividade, além de ter romantizado a escravidão. Todo esse cenário acontecendo no auge da eugenia brasileira.

O discurso de democracia racial, ao destruir a possibilidade de embate, garante que o racismo estrutural tenha seus efeitos prolongados e impede que se discuta sobre isso na esfera pública. A negação da diferença, acaba se transformando num mecanismo importante de manutenção das desigualdades. Nesse ponto, eu trago uma citação de Kabengele Munanga (2020, p. 83), ao citar o livro *Cultura brasileira e identidade nacional* de Renato Ortiz (1994) que, ao criticar esse mito, relata o pensamento da época: “Somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito”.

Intelectuais e imprensa negros passam a criticar a democracia racial e essa ideia perde força nos anos 1950 por alguns fatores. Um deles foi o projeto UNESCO, que foi uma pesquisa sobre relações raciais que constatou que a democracia racial era um mito que encobria uma sociedade cujas desigualdades eram causadas também pelas questões raciais e pelo racismo propriamente dito, ou seja, ficou constatado que havia sim, racismo no Brasil. Vários intelectuais participaram dessa pesquisa, como por exemplo, Virginia Bicudo, FHC, Florestan Fernandes.

RAÇA, MISTIÇAGEM E BRANQUITUDE NO BRASIL

A questão racial no Brasil é complexa e cheia de vertentes. O mestiço foi construído social e historicamente, com a construção do Brasil, desde o período colonial. Quanto mais claro era o tom de pele do escravizado, ele poderia fazer serviços diferenciados, como trabalho doméstico e damas de companhia, por exemplo, diferente dos escravizados retintos, que eram mais utilizados em trabalhos pesados, como as lavouras.

Em diversos momentos, o mestiço foi colocado em uma espécie de tribunal histórico, seja com a condenação no pós-abolição pela intelectualidade, ou absolvido no movimento eugenista, com a possibilidade do branqueamento. Atualmente, o mestiço está condenado novamente, sendo reduzido à negritude.

Alguns autores como Verônica Daflon (2017) e Jerry Dávila (2006) falam da elasticidade do mestiço que, a depender do contexto, um mestiço pode ser enquadrado como negro ou como branco. Um negro pode ser branqueado e um branco pode ser enegrecido de acordo com sua posição na sociedade.

Antes mesmo da abolição, a mestiçagem já era pensada pelos intelectuais. Em 1888, Sílvio Romero já dizia que os índios e negros puros “desaparecerão n’um futuro não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento. O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco puro, com o qual se ha de, mais cedo ou mais tarde, confundir.” (Romero, 1888, p. 66).

O conceito de branquitude começou a ser utilizado para o estudo das relações raciais nos Estados Unidos, nos anos 1990, a partir da análise colonial europeia pelo mundo. A branquitude capta o ideal de ser branco com suas benesses e privilégios, uma espécie de identidade racial branca. Porém, a constituição racial no Brasil, é única e bem diferente da estadunidense e, como tal, merece ter um olhar especial sobre o tema. Assim, a branquitude como um dispositivo biopolítico para pensar a vida, a sociedade e suas relações no Brasil e não como um conceito fechado e mecânico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de branquitude e mestiçagem precisam ser cada vez mais tensionados para pensar se o ser branco no Brasil pode ser reconhecido como um devir eugenista, por exemplo. A educação eugênica pode ser entendida como presente em estratégias como as que foram exemplificadas ao longo deste texto. Pode-se perceber o destaque dessa educação com o controle da sexualidade e reprodução dos corpos, uma tática para a atuação do racismo de Estado, também presente nas fontes históricas consultadas. Nota-se o entrelaçamento deste tipo de educação, com o branqueamento da população, o uso da mestiçagem e a atuação do mito da democracia racial. Todos esses elementos contribuíram para a constituição da branquitude no Brasil.

A Educação como um processo de educabilidade, através da subjetivação da população, foi uma das principais estratégias utilizadas pela intelectualidade, so-

bretudo, com a eugenia e o branqueamento e, inclusive, chegou a ser implementada como projeto nacional, tanto em reformas educacionais nos anos 1920 e 1930 quanto presente nas Constituições brasileiras de 1934 e 1937.

Esses são resultados parciais da tese do autor que está em construção. Sobre a branquitude, existe a consciência de que as análises podem levar a um essencialismo sobre a identidade e as representações de cor e raça. Desse modo, pode ser que esse conceito seja problematizado e pensado ao longo da pesquisa para ser trabalhado como uma subjetivação racial quando forem apresentados os resultados finais.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação? *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 53, p. 1-16, 11 jun. 2018.

BOAVENTURA, Edvaldo. M. *Metodologia da pesquisa*: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BONFIM, Paulo Ricardo. *A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

BROCOS, Modesto. 1895. *[A Redenção de Cam]*. Pintura, Óleo sobre tela, 199 x 166cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

CARNEIRO, Levi. Educação e Eugenia. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929. v. 3, p. 107-116.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade*: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

DAFLON, Verônica Toste. *Tão longe, tão perto*: Identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 184 p.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*: política social e racial no Brasil - 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins.

DIWAN, Pietra. *Raça pura*: uma história da eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos latino-americanos*. Universidad de Aarhus, n. 10, p. 115-131. 2005.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2023.

FOLHA DA MANHÃ. *O julgamento dos concursos de eugenia e robustez infantil*. Rio de Janeiro/RJ, ed. 26363, p, 3. 26 fev. 1929.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: volume 1 - a vontade de saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 175 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia). Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. p. 143-170. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *Brasil livre: treze de maio - extinção da escravidão*. Rio de Janeiro, p. 1-2. 14 maio 1888.

KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: sexo e civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

KEHL, Renato. *Pelas gerações futuras*. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ed. 94, p. 3, 1932.

LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. In: FIRST UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, Londres. *Papers on Inter-racial problems*. Londres: The World'S Peace Foundation, 1911. v. 1, p. 377-382.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos brasileiros de psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. "Genealogia - Michel Foucault". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>. Acesso em: 28 set. 2022.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionista*. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca, 1883.

O GLOBO. *Adoptará o Brasil a esterilização?* Rio de Janeiro/RJ, ed. matutina, p. 1. 11 out. 1935.

O JORNAL. *Eugenia ou Eugénica* - a luta contra as degenerações. Rio de Janeiro/RJ, ed. 235, p. 3. 06 fev. 1920.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: Ensaio de Biopolítica*. 1 ed. São Paulo: Iluminuras, 2011. 252 p.

ROMÉRO, Sylvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1888. Digitalizado por Brasiliana Digital/USP.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2006.

SILVA, Mozart Linhares da. *Necropolítica e violência racial no Brasil*. In: Amanda Braga, et all. (Org.). *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 275-305.

SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. *Uma leitura biopolítica de pinturas da história do Brasil*. *Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura*. v. 10, n. 2, dez. 2021. p. 55-68.

UNIVERSITY OF MISSOURI (Columbia). Ellis Library. *Controlling Heredity: international eugenics congresses*. International Eugenics Congresses. 2011. Curadoria de Michael Holland. Disponível em: <https://library.missouri.edu/specialcollections/exhibits/show/controlling-heredity/america/congresses>. Acesso em: 03 mar. 2023.